

A função paterna e seu papel na dinâmica familiar e no desenvolvimento mental infantil

*Luciana Martins Saraiva**
*Marcelo Calcagno Reinhardt***
*Rita de Cássia de Souza****

* Psicóloga; doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina; psicóloga no Programa em Residência Médica em Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina/Brasil; associada do Centro de Estudos Psicodinâmicos de Santa Catarina-CEPSC/Brasil.

** Especialista em psiquiatria infantil no Centro de Estudos Luís Guedes – CELG, mestre em psiquiatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; praticante em Florianópolis/SC, Brasil.

*** Psicóloga; aluna do Centro de estudos Psicodinâmicos de Santa Catarina – CEPSC/Brasil.

Instituição: Programa em Residência Médica em Psiquiatria – Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina/BR. Centro de Estudos Psicodinâmicos de Santa Catarina-CEPSC/BR.

Resumo

A função paterna, assim como a função materna, tem um papel central no desenvolvimento e estruturação do psiquismo da criança e na formação da personalidade do adulto. O exercício da função paterna pressupõe muito mais do que a simples presença masculina na relação com o bebê. Neste artigo, é apresentada uma pesquisa qualitativa que utiliza a revisão bibliográfica pela busca sistemática nas bases de dados PubMed, LILACS e ScienceDirect, no período de 2000 a 2010, para compreender a função paterna e sua importância na dinâmica familiar e no desenvolvimento mental dos filhos. A literatura relaciona psicopatologias infantis com ausência da função paterna. Considera-se que a presença do pai é fundamental para o desenvolvimento do filho, mesmo sendo a mãe a figura mais importante no início da vida da criança. Dificultar ou impedir o relacionamento entre pai e filho desencadeia conse-

quências negativas no desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como para a evolução da sociedade.

Palavras chave: Paternidade; Psicopatologia; Infância, Adolescência; Sociedade.

Introdução

A demanda clínica atual nos consultórios psicológicos e psiquiátricos nos retrata uma sociedade em que se configuram as chamadas patologias do narcisismo, os transtornos de conduta e os transtornos depressivos^{1;2}. São patologias que se configuram pela presença de quadros narcisistas, que incluem o não representativo, ou seja, são da ordem da ação e não do pensamento. São patologias que se apresentam como uma forma fragilizada de configuração subjetiva caracterizada principalmente pelo desamparo e pela ausência de um ego solidamente constituído e pelo vazio representacional.

Essas patologias destacam-se tanto pela sua intensidade quanto pela sua quantidade, na sociedade atual. Não são patologias recentes, uma vez que já existiam desde a época de Freud. No entanto, possivelmente, destacam-se porque a cultura da sociedade contemporânea fertiliza o aparecimento dessas sintomatologias tão presentes no cotidiano clínico^{3;4;5}.

As transformações sofridas pela cultura contemporânea causam impacto na constituição da subjetividade humana, uma vez que ela se configura a partir de articulações das relações culturais com a história individual. Sendo a cultura um elemento coadjuvante na constituição do psiquismo humano, é possível relacionar a psicopatologia com a cultura da época. Assim, as configurações da subjetividade que se apresentam na contemporaneidade nos remetem a reflexões sobre a autoridade, a família e os significados dos papéis conjugais e parentais, uma vez que a fragilização e o desamparo se apresentam como o retrato da sociedade atual^{5;6;7;8}.

O mal-estar contemporâneo está caracterizado pela perda de sentido da vida, pela sensação de irrealidade, pela futilidade da existência, pela crise de identidade e pelo desamparo. Os sujeitos desta época não demonstram mais a preocupação com os conflitos de ordem sexual, como na época de Freud, mas com os modos de assegurar sua existência vazia^{5;6;7;8}.

Em épocas passadas, cabia ao pai iniciar o filho no mundo do trabalho, ensinando seu ofício. A figura do pai, nessa sociedade tradicional, passa de uma posição de poder absoluto para um poder relativo, ou seja, de proteção ao abandono. Isso por que na modernidade, o poder é centrado na racionalidade científica, impactando na vida social cotidiana e afetando os aspectos mais pessoais da existência humana⁵. A modernidade foi mapeando um enfraquecimento do poder paterno. Entretanto, diante das rápidas mu-

danças que ocorrem na sociedade contemporânea e pós-moderna, o pai se vê frente a situações novas para as quais sua experiência é nula. Na sociedade atual, inverte-se a situação, e são os filhos que transmitem aos pais saberes e novos modelos de conduta⁵.

Com o declínio da sociedade tradicional, a vida passa a ser regida cada vez menos pelo princípio da renúncia pulsional e cada vez mais pela busca do prazer imediato. O declínio da tradição representa o declínio do ideal paterno, que sustentava o princípio do adiamento da satisfação pulsional. O homem contemporâneo sofre de um narcisismo, mostrando-se intransigente e indiferente ao que não é de seu interesse. Muitas vezes, apresenta-se tirânico em relação a tudo e a todos que possam opor-se à gratificação imediata de seus desejos¹. Segundo Freud⁹, esse narcisismo é fruto de uma falha do pai em auxiliar na passagem de Narciso a Édipo. Para ocorrer na criança essa passagem, é necessária a presença de um pai forte e seguro que rompa a simbiose mãe-filho, instaurando uma relação a três¹.

A contemporaneidade configura-se por uma queda do pai simbólico, uma queda das instâncias interditoras que vêm a assegurar a permanência do desejo e, conseqüentemente, da simbolização tão necessária à inscrição psíquica do “não possível”⁵. É uma época marcada pela fluidez, ao contrário da solidez da sociedade tradicional, e pela incerteza, pelo princípio da autonomia, pela crença de que tudo é possível⁷.

Por um lado, se o progresso científico-tecnológico torna a competência e o saber paterno inadequados, por outro, o pai contribui para deixar de ser um modelo e referência para o filho. O pai prevalente na sociedade industrializada ocidental é, de certa forma, como o pai primitivo, uma vez que passa muito tempo longe de casa, na qualidade de caçador. Seu objeto de caça agora é o dinheiro. Seu retorno ao lar não é mais marcado pelo afeto, mas pela contabilização de seu sucesso material. Assim, a pós-modernidade, com sua racionalidade científica e capitalismo avançado, promove a flexibilização dos vínculos.

Ao analisar a família atual, acredita-se que ela tenha perdido o seu papel de mediação protetora entre o indivíduo e a sociedade, e, em decorrência disso, um sentimento de orfandade acaba por tomar conta de crianças e adolescentes. Tal situação de abandono está presente não só nas camadas populares, nas quais os problemas de ordem material dificultam o desempenho das funções paterna e materna, mas também nas famílias de maior poder aquisitivo, nas quais os pais estão mergulhados numa luta desenfreada por ascensão social e material¹⁰.

Frente a essa condição do desamparo, os sujeitos ainda buscam, na figura desse pai, mesmo enfraquecido, a proteção, pois só um poder soberano poderia protegê-los dessa condição de orfandade.

O Instituto Paternidade Responsável/SC-(IPR)¹¹ é um exemplo de instituição, entre outras tantas, interessada na temática da paternidade. Segundo o IPR¹¹, são vários os problemas enfrentados por aqueles que não possuem referência paterna. Dentre eles, apresentam-se o dano moral, o constrangimento, a vitimização por *bullying*, a evasão escolar, uma vida adulta problemática e a exclusão social.

A paternidade e a sua importância no desenvolvimento dos filhos são temas presentes no meio científico e acadêmico. No entanto, nem sempre recebem a devida atenção em cursos de psicologia e psiquiatria. A motivação dos autores neste trabalho é decorrente de percepções e reflexões sobre o tema, no exercício de atividades de supervisão clínica de alunos de graduação em psicologia, bem como de médicos pertencentes ao Programa de Residência Médica em Psiquiatria-SC. Notava-se, a partir da experiência de ensino, que as disfunções afetivas infantis surgiam com mais frequência em crianças com pais ausentes.

Nesse sentido, este trabalho objetiva compreender a função paterna e sua importância na dinâmica familiar e no desenvolvimento mental dos filhos. Trata-se de uma pesquisa que busca fazer articulações entre o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade para auxiliar no tratamento do sofrimento psíquico que envolve a criança e o adolescente e sua família. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de uma busca sistemática nas bases de dados PubMed, LILACS e ScienceDirect no período de 2000 a 2010.

Função paterna

Ser pai e ser mãe não implica apenas na paternidade e maternidade biológicas, mas demanda, também, sentimentos e atitudes de adoção que decorrem do desejo pelo filho. A dinâmica por meio da qual se atualizam as funções materna e paterna organiza-se a partir de um interjogo de fatores conscientes e inconscientes. Desse modo, as funções materna e paterna vão além dos papéis de pai e mãe, os quais implicam em tarefas relacionadas aos cuidados físicos e à educação¹².

Quando se fala do pai, não se trata do pai como simples agente de paternidade biológica, mas como o operador simbólico. É na dinâmica da dialética edipiana que ocorre a construção desse pai simbólico a partir do pai real e que a função paterna vai exercer influência na estruturação psíquica da criança. O pai, como função simbólica, é estruturante, de forma que o exercício de sua função impacta na estruturação psíquica da criança e no seu processo de desenvolvimento. Esse não está preso necessariamente à história

cronológica, mas à história mítica¹³. Assim, nos casos de pais separados ou ausentes, alguém precisa exercer a função simbólica de separação mãe-bebê, bem como assumir a função de retaguarda e acolhimento da mãe, para que ela possa exercer a função materna no período inicial de fusão com a criança.

O início da vida da criança foi amplamente descrito por Winnicott¹⁴, que privilegiou a função da mãe por entender que a figura materna constitui o ambiente primitivo do bebê. A relação inicial do bebê com a mãe é considerada a fase mais importante na estruturação da personalidade e do sujeito.

A saída do estado narcisista da criança deve ser facilitada pela mãe ao propiciar a entrada em cena de um pai respeitado e valorizado. A passagem para uma triangulação edípica permitirá ao filho o reconhecimento de terceiros, possibilitando dessa forma seu ingresso nas relações sociais².

O pai é quem faz a mediação entre o desejo da mãe e do filho, dá continuidade à proibição do incesto, exercendo o papel do terceiro que interdita a relação. É ele o representante do pai simbólico que precisa ser também simbolizado como o objeto da falta e desejado por essa mãe, levando-a a direcionar o seu desejo para outros objetos que não o filho¹⁵.

Devido a fatores de ordem biológica e cultural, a relação entre a mãe e o filho é tão exclusiva que praticamente constitui um mundo à parte. Já a relação do pai com o filho é constituída num grupo em que há pelo menos três pessoas. Espera-se que o pai ensine o filho a existir em sociedade, assim como a mãe o ensinou a existir em seu próprio corpo¹⁶.

O vínculo que une pai e filho é diferente daquele que une a dupla mãe-filho. Estudos¹⁷ evidenciam a importância do envolvimento do pai no desenvolvimento da criança. A competência e capacidade do pai são similares às da mãe na interação com o filho, demonstrando ainda que o contato precoce do pai com o filho possibilita um melhor envolvimento posterior entre ambos. Merece destaque também o suporte emocional e material dado pelo marido à esposa, que favorece um maior envolvimento com a criança nos primeiros anos de vida¹⁸.

Espera-se que o pai seja um parceiro carinhoso, protetor e cooperativo com a mãe, desde a gestação do filho, para que ela possa se dedicar à criança num primeiro momento. Sua presença física e afetiva é fundamental para romper a relação narcisista do filho com a mãe, funcionando como uma ponte entre o mundo interno e a realidade externa da criança. Ao se afastar da mãe e se envolver com o pai, a criança desenvolve maiores habilidades exploratórias e responsividade social. Nessa etapa bem inicial, a função do pai é também a de tolerar a exclusão temporária da relação mãe-bebê e esperar pelo momento de participar mais ativamente¹⁶.

O pai, junto com a mãe, compõe o ambiente total em que o bebê habita. Nesse sentido, o pai participa do colo que a mãe dá ao bebê a partir da

experiência real que ela tem da presença dele. Nessa etapa, a presença paterna ganha novas facetas: (1) ele ajuda a mãe a sair da simbiose com o bebê, chamando-a para si como esposa; (2) o pai será o primeiro vislumbre de integração para o bebê, antecipando o indivíduo unitário que ele virá a ser; (3) nos cuidados maternos, o bebê começa a distinguir alguns aspectos considerados paternos, tais como: de ordem, de firmeza, de inflexibilidade; (4) o “não” que o bebê ouve inicialmente da mãe com o objetivo de protegê-lo é um dos primeiros sinais da função paterna na vida da criança; (5) a presença ou ausência do pai refletirá na mãe como sentimento de proteção ou desproteção, que, por sua vez, refletirá na qualidade da relação mãe-filho¹⁹.

Embora o lugar do pai no grupo etário infantil entre seis e doze meses se apresente de forma menos expressiva em comparação com o lugar da mãe, o contato corporal entre o bebê e o pai, no cotidiano, é referência na organização psíquica da criança devido à sua função estruturante no desenvolvimento do ego¹³. No segundo ano de vida, quando já existe a imagem de pai e de mãe, a figura paterna ganha relevo, não só para ancorar o desenvolvimento social da criança, mas para servir de suporte das dificuldades inerentes ao aprendizado desse período. É esse apoio que vai alavancar o desprendimento da criança da estrutura doméstica confortável, até então garantida pela mãe²⁰.

No desempenho da função materna e da função paterna, entram em jogo características pessoais do pai e da mãe, bem como determinadas condições emocionais de cada um que se referem às suas vivências na infância e a suas capacidades de elaboração de vivências de frustração, de separação e do complexo edípico. Assim, o exercício da função materna, tanto quanto o da função paterna, requer uma série de atributos, aptidões e tarefas, que vão se modificando de acordo com o desenvolvimento da criança²¹.

Quando o pai se faz ausente, além de consequências afetivas, podem surgir também as de natureza econômica e social, pois a ausência do pai implica em redução das chances materiais do filho, ainda que a mãe esteja inserida no mercado de trabalho²². A ausência do pai, não apenas física, mas, sobretudo, a ausência psicológica, mostra-se como uma dimensão bastante importante na gênese dos comportamentos de risco, como, por exemplo, a adição às drogas, tanto na infância como na adolescência²³.

Método

Com o objetivo de conhecer a produção científica dos últimos 10 anos sobre a relação entre a função paterna e o desenvolvimento mental infantil, foi realizada uma busca sistemática nas bases de dados PubMed, LILACS e ScienceDirect no período de 2000 a 2010, utilizando os descritores “father”,

“child”, “mental”, “parenting”, “health” (em português e inglês) e suas combinações.

Neste estudo foram considerados *artigos teóricos* as revisões de literatura, meta-análise e revisões sistemáticas; *artigos quantitativos*, trabalhos baseados em hipóteses claramente indicadas e variáveis com definição operacional; *artigos qualitativos*, dados descritivos obtidos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

A busca resultou num total de 08 (oito) artigos, nos quais os autores apresentam 12 (doze) pesquisas cujos resultados apontam associação entre ausência da função paterna comportamento de risco e psicopatologias desenvolvidas nos filhos. São elas:

Pesquisa A – Informa que, nos Estados Unidos, 72% dos adolescentes envolvidos em assassinatos, 60% dos envolvidos em casos de estupro e 85% dos detentos do sexo masculino cresceram sem a presença do pai. Os pesquisadores registram, também, que a repetência escolar é duas vezes maior entre crianças que crescem em lares sem a presença paterna e que 3 em 4 suicídios ocorrem em situações nas quais o pai não se faz presente²⁴.

Pesquisa B – Realizada com os internos da Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente (CASA) do Estado de São Paulo, indicou que a maior parte dos pesquisados se autot classificou como pertencente à classe média baixa ou pobre e que 51% vivia só com a mãe²⁵. A pesquisa revelou, também, que 96% eram do sexo masculino e 41% registravam a ausência do pai em sua história familiar.

Pesquisa C – Registrou que a ausência paterna, seja por abandono da família, por separação ou por falecimento, foi uma das características em quase metade da amostra (49%) contra uma porcentagem menor de mãe ausente (19,6%)²⁶.

Pesquisa D – Os pesquisadores²⁷ avaliaram adultos com sintomas depressivos e identificaram história de maus-tratos na infância e falhas no estabelecimento do vínculo com seus pais. O resultado indica relação entre sintomas psiquiátricos infantis com ausência paterna e/ou dificuldade de relacionamento pai-filho.

Pesquisa E – Pesquisadores norte-americanos²⁸ avaliaram crianças com sintomas antissociais, e o resultado registrou ausência paterna ou não participação do pai na história de vida dessas crianças.

Pesquisa F – Trata-se de estudo britânico²⁹ que avaliou o comportamento de crianças gêmeas de 05 anos de idade e de seus respectivos pais. Identificaram que, quanto menor o tempo de convivência dos pais com os filhos, maior a frequência de problemas de conduta nesses últimos, mas somente nos casos em que os pais apresentavam comportamentos antissociais.

O mesmo estudo identificou que, quanto maior a frequência de comportamentos antissociais nos pais e o tempo de convivência com os filhos, maior a frequência de problemas de conduta nos filhos devido a duas influências (“*double whammy*”): genética e ambiental.

Pesquisa G – Os pesquisadores³⁰ avaliaram determinados fatores biocomportamentais em situações sociais em crianças e verificaram risco para o desenvolvimento de transtornos psicopatológicos quando havia um baixo envolvimento dos pais na infância, piorando, ainda, se as mães apresentassem sintomas de depressão.

Pesquisa H – Avaliou 435 pais³¹ e verificou que o seu envolvimento com os filhos estava negativamente associado com dificuldades em geral, – entre elas, a hiperatividade nas crianças – e positivamente associado com comportamento pró-social nas crianças.

Pesquisa I - Ao avaliarem a qualidade do vínculo em famílias, os pesquisadores³² verificaram que o desenvolvimento do vínculo inseguro se associava a sintomas depressivos, e que o risco para o estabelecimento desse tipo de vínculo era menor quanto maior a emoção expressa pelos pais e mães aos filhos.

Pesquisa J – Estudou³³ a interação entre pais e filhos em crianças com 03 meses de idade avaliando o comportamento externalizante dessas mesmas crianças aos 08 e 11 anos. Os resultados apresentaram dois grupos de comportamento: de alta e de baixa externalização. Identificaram que no grupo de crianças com alta externalização os pais eram menos responsivos e sensíveis (isso somente em relação às meninas) quanto à interação precoce.

Pesquisa K – Estudou³⁴ o envolvimento de crianças com seus pais aos 07 e aos 16 anos de idade. Os pesquisadores verificaram que um envolvimento entre pais e filhos aos 07 anos diminuía o risco de desajustamento psicológico na adolescência, e o envolvimento dos pais e filhos aos 16 anos diminuía o risco de estresse psicológico em mulheres adultas. O exercício da função paterna pressupõe muito mais que a simples presença masculina na relação com a criança.

Pesquisa L – O estudo³⁵ realizado em um setor pediátrico de um hospital público de São Paulo registrou que, em crianças sem o acompanhamento paterno durante a hospitalização, surgem efeitos como angústia, culpa, depressão, sensação de abandono, inapetência, falta de iniciativa/apatia, problemas de sono, tristeza, diminuição da vocalização, regressão no processo de maturação psicoafetiva, agressividade, ocorrência de infecções e manifestações psicossomáticas.

As pesquisas indicam que é significativa a associação entre psicopatologias infantis e ausência da função paterna. Dentre essas psicopatologias

foram registradas a presença de angústia, depressão, tristeza, hiperatividade, agressividade, sensação de abandono, repetência escolar, dificuldade de relacionamento, inapetência, falta de iniciativa/apatia, problemas de sono, diminuição da vocalização, manifestações psicossomáticas, atraso no processo de maturação psicoafetiva, comportamento externalizante, sintomas e comportamentos antissociais.

Discussão

Os resultados sugerem, a partir dos sintomas indicados, estarmos diante de crianças fragilizadas e com vínculos tênues, bem como diante de crianças em situação de fragilização na formação da subjetivação, na formação simbólica e na estruturação psíquica. Trata-se de crianças com sintomatologias que denunciam fragilidade e vulnerabilidade do desenvolvimento de mecanismos repressivos na incapacidade de sublimação e no estabelecimento de laços sociais. São crianças que colocam no registro do corpo e da ação compulsiva as manobras para lidarem com a ausência e o desamparo. Tal situação produz um alerta e nos remete a Melanie Klein³⁶, considerando que a suspensão total ou parcial da relação simbólica que o indivíduo é capaz de fazer com coisas e objetos compromete o desenvolvimento da vida de fantasia desse indivíduo e da sua relação com a realidade. Assim, a exclusão da capacidade de formar símbolos, de simbolizar, inibe a relação do sujeito com o mundo externo e com seu próprio mundo interno.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não tivemos acesso à singularidade e riqueza de cada caso, o que nos limitou apenas a fazer reflexões e associações. Dessa forma, pode-se refletir que a incompetência da função paterna³⁸, registrada nos resultados deste trabalho, além de gerar sofrimento e prejuízo na qualidade de vida da criança, gera também estruturas psíquicas marginais e marginalizadas na sociedade.

As mudanças que estão ocorrendo no mundo atual têm sido discutidas por diversos pensadores^{1;6;37;39;40}, os quais destacam a fragilidade das relações interpessoais, a transitoriedade das posições identitárias e as mudanças significativas ocorridas nas instituições sociais³³. Segundo eles, a perda dos referenciais pessoais e institucionais ou a dificuldade em atender às novas demandas fazem com que as pessoas construam uma nova forma de ser e estar no mundo.

O mundo pós-moderno é marcado pelo instantâneo, pela superficialidade e pelo imediatismo que (des)estrutura as relações^{41;42}. Na agitação do mundo moderno, não há mais espaços para contatos e comunicações duradouras, inclusive no meio familiar, dadas suas características individualistas e egocêntricas.

As novas demandas sociais que surgem na transição da sociedade moderna para a sociedade contemporânea constroem novas manifestações subjetivas. A cultura contemporânea apresenta como característica marcante a fluidez. Suas relações, pois, são instáveis, seus laços afetivos são empobrecidos e seus valores são constantemente substituídos⁴³.

É possível relacionar o desamparo, o vazio, a depressão e a falta de limites do sujeito contemporâneo com o declínio da função paterna; os vínculos tênues aparecem pela fragilidade dos contatos sociais, uma vez que eles são regidos principalmente por laços mediados e imaginários. A produção desses laços sociais que se opõem ao trabalho da simbolização, produzindo configurações subjetivas frágeis, segue uma lógica narcísica de onipotência e de não referência ao outro⁵.

Sabe-se que ordem simbólica é adquirida pelo representante da função paterna, que coloca fim à onipotência narcísica mostrando que a plena satisfação não é possível. Assim, o sujeito é inserido na ordem desejanste. O pai, ao entrar na relação mãe-bebê, exige um novo destino para a pulsão e torna-se o terceiro ao indisponibilizar a mãe como objeto de gozo absoluto.

No entanto, na medida em que o sujeito não desloca a pulsão (da mãe para o pai), ele fica inserido na proteção da onipotência narcísica, não se arisca ao mundo do imprevisível, ou seja, não vive a experiência da castração¹⁰. Um pai ausente (muito distante ou muito autoritário) não auxilia na simbolização, favorecendo o aparecimento de problemas de personalidade e de interação nas crianças.

O pai, que, na acepção da psique individual, ao fazer a mediação entre o desejo da mãe e o da criança (interditando essa relação), é fonte das primeiras identificações, permitindo, com sua inserção, o advento do superego e do ideal de ego, é também o pai que leva o sujeito a emergir enquanto sujeito desejanste. É também, na acepção social e cultural, o mesmo pai em que se baseia a civilização, que possibilita que vivamos em comunidade, que façamos parte da cultura e do processo civilizatório, pois o pai também é a base da civilização⁴¹. Ao permitir que a criança vivencie o Édipo, o pai exige que o filho renuncie a suas necessidades de satisfação pulsional, e, como consequência, o filho aprende a se vincular, a se comprometer com o outro e consegue viver em sociedade¹⁵.

Na sociedade tradicional, quando a estabilidade dos relacionamentos estava garantida por valores morais reconhecidos, podia-se observar que a solidão, o vazio e o tédio, próprios da existência humana, estavam escondidos por um caminho a seguir, definido por convenções sociais marcadas pela tradição e pelo respeito a normas consagradas. Na sociedade atual, na qual tudo se transforma e novos valores são rapidamente consumidos e substituídos por outros que serão, também, logo desmanchados, o nível de angústia

tende a aumentar por causa da insegurança e da sensação de desamparo gerada pelas contínuas mudanças³.

Os laços afetivos na contemporaneidade precisam gerar prazer imediato e, quando, porventura, aparece qualquer ameaça de sofrimento, o outro é descartado rapidamente, para preservar a ilusória sensação de felicidade⁴. Na pós-modernidade, não existe lugar para a angústia e a tristeza. Os afetos como esses são excluídos dos ideais pós-modernos e, a qualquer sinal de sua existência, o indivíduo deve achar mecanismos para neutralizá-los e sedá-los. A sociedade não oferece espaço nem tempo para sofrer. Na verdade, na pós-modernidade, não há experimentação da dor nem da felicidade real, apenas da ilusão momentânea de satisfação total. Observa-se que hoje a recusa à castração é o que marca a sociedade contemporânea.

Segundo Birman³⁷, vivenciamos na contemporaneidade a extinção do sofrimento, uma vez que esvaziamos a alteridade e nossa vinculação com o outro está cada vez mais escassa. O sofrimento, pois, se relaciona com a alteridade, com a nossa capacidade de perceber que não somos autossuficientes e que necessitamos do outro, da relação com o externo para nos constituirmos. Na atualidade, negamos o outro e, dessa forma, evitamos o sofrimento, vivemos apenas a dor, que não estabelece conexão com o outro: a dor da servidão, a dor narcísica, a dor de existirmos e de estarmos desamparados; vivemos a quebra do contato com o meio social e a retomada para um prazer voltado para si, mas um “si” massificado e homogeneizado – o sujeito vive uma miséria psíquica³⁹. Assim, as condições atuais do mal-estar na civilização dizem respeito ao vazio existencial produzido pela solidão e pelo vazio⁴⁰.

Conclusões

Ainda que diferenciadas, segundo a literatura pesquisada, as funções do pai e da mãe são complementares e entrelaçadas. Ser pai e ser mãe são condições construídas numa relação afetiva a três, não sendo desejável que uma das partes seja excluída ou tenha uma atuação secundária. O filho deve ser a prioridade nas relações entre o pai e a mãe, os quais devem dispensar de forma igualitária cuidados, educação, carinho e segurança física e afetiva à criança.

Ser pai é uma tarefa que introduz um terceiro que desestabiliza um idílio dual, fazendo surgir a falta, o desejo e um sujeito onde antes havia a completude total e um objeto. O pai precisa agir como facilitador de separações, impulsionando o filho a seguir seu caminho, oferecendo-se como um

elemento importante e fundamental para a identificação, que, antes, era um papel restrito à mãe. Contudo, é importante que ele se predisponha a fazer parte dessa relação. É preciso, também, que o pai deseje seus filhos, pois pais ausentes, muito autoritários ou muito distantes podem favorecer o aparecimento de problemas de personalidade nas crianças e também de dificuldades de interação com as demais pessoas. Um pai que estimula a criança verbal e fisicamente, de maneira adequada, que dá ordens com explicação, que estabelece limites e responde às necessidades da criança, que se comunica afetivamente e solicita informações, favorece o desenvolvimento intelectual do filho. Ao contrário, quando o pai é restritivo, a criança pode apresentar problemas de identificação e comprometimento em seu desenvolvimento cognitivo e social⁴⁰. Quando o pai desempenha adequadamente sua função, possivelmente seus filhos conseguirão adquirir na vida adulta um sentimento de autoconfiança¹⁷.

Ambas as funções, tanto a materna como a paterna, têm um papel central no desenvolvimento e na estruturação do psiquismo da criança e na formação da personalidade do adulto. É na família, mediadora entre indivíduo e sociedade, que a criança aprende a perceber o mundo e a situar-se nele. Ela é a formadora da primeira identidade social. No convívio com a família, a criança internaliza padrões de comportamento, normas e valores de sua realidade social. Isso ocorre pela mediação do outro que estabelece vínculos básicos e essenciais entre a criança e o mundo social, situação a partir da qual ela passa a se reconhecer e a reconhecer o outro numa relação de reciprocidade⁴¹.

Tal fato nos remete à nossa prática docente, que nos responsabiliza em auxiliar nossos alunos, futuros profissionais da saúde, a não somente estimular a participação paterna nas entrevistas iniciais. Uma intervenção efetiva na clínica infantil consistiria, para além da inserção paterna, no auxílio no desenvolvimento do exercício paterno. Se, biológica e culturalmente, a relação da mãe e do filho é exclusiva, cabe aos serviços de saúde mental facilitar, exercitar e auxiliar a entrada do pai na vida da criança. Se cabe à mãe a função de introduzir o pai na relação, cabe a nós, profissionais da área da saúde, auxiliar no vínculo dessa relação. O foco do atendimento não deve ser somente os sintomas, mas o fortalecimento do vínculo entre criança-pai-mãe. Muitas vezes, dispensa-se o pai das entrevistas e atendimentos pelo fato de ele estar trabalhando. No entanto, chamá-lo a participar é fundamental para a orientação das intervenções posteriores. É necessário um trabalho que projete, contemple e assegure o conceito “eu-outro” de forma tal que possa auxiliar nas transições das vidas das crianças e das suas famílias, as quais demandam uma reorganização psíquica. O “eu”, precisa ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo para conectar mudança

pessoal e social³⁹. É uma intervenção que deve produzir subjetividades incentivando um viver criativo e menos frágil.

Encerramos o trabalho citando Maia⁴, quando refere que "...o processo de constituição da subjetividade pede tempo, e a cultura pede instantaneidade" (p.72).

Dada a complexidade e a importância do tema, novos estudos e pesquisas tornam-se necessários para aprofundar a compreensão das funções paterna e materna. Sugerimos a realização de pesquisas qualitativas delineadas por estudo de casos que abordem o tema aqui tratado.

Referências

1. Lazzarini ER. 2006. Emergência do Narcisismo na cultura e na clínica psicanalítica contemporânea: novos rumos, reiteradas questões. Brasília, DF. Tese de doutorado: Universidade de Brasília - UNB. Disponível em http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1419. Acessado set 2007.
2. Zimerman DE. Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica. Porto Alegre: Artmed; 1999. p.476 p.
3. Hegenberg M. Borderline. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
4. Maia MS. Extremos da alma. Dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
5. Lebrun JP. Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
6. Bauman Z. O mal-estar na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
7. Ehrenberg A. La fatigue d'être soi. Dépression et société. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998.
8. Roudinesco E. A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
9. Freud S. 1996. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____ Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1914. Vol. XIV, p. 420.
10. Carvalho IMM, Almeida P. H. Família e proteção social. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392003000200012&lng=pt. Acessado set 2007.

11. Instituto Paternidade Responsável (IPR). <http://www.paternidaderesponsavel.org.br>. Acessado jul 2007.
12. Dolto F. No jogo do desejo: ensaios clínicos. São Paulo: Ática; 1996.
13. Dor J. O pai e sua função em psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
14. Winnicott DW. Desenvolvimento emocional primitivo. In: Textos selecionados: da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1998. p. 498.
15. Menezes L. Pânico e desamparo na atualidade. *Ágora*. 2005. Vol. 8, p. 193-206.
16. Zoja L. O Pai: história e psicologia de uma espécie em extinção. São Paulo: Axis Mundi. 2005, p. 150.
17. Rohde LA. et al. A função paterna no desenvolvimento do bebê. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*. 1991. Vol. 13, p. 127-135.
18. Person ES, Cooper, AM, Gabbard G. *Compêndio de psicanálise*. Porto Alegre: ARTMED. 2007.p.576.
19. Fulgêncio C.D. R. A presença do pai no processo de amadurecimento. Um estudo sobre D.W. Winnicott. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica - PUC. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5106. Acessado set 2007.
20. Gomes AJS, Resende V.R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000200004&lng=pt&nrm=iso. Acessado abr 2008.
21. Dolto F. No jogo do desejo: ensaios clínicos. São Paulo: Ática; 1996.
22. Bolle De Bal M. Da revolta contra os pais à revolta dos pais. In: Araújo JNG., Souki LG, Faria CAP. (Org.). *Figura paterna e ordem social: tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. P. 150.
23. Muza GM. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA P. *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998. p. 115.
24. Silveira P. O exercício da paternidade. In: _____, P. (Org.). *Exercício da paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1998. p. 237.
25. FEBEM. Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.febem.sp.gov.br/index/index.asp>. Acessado agosto 2007.

26. Reinhardt MC, Pheula G. F, Karam RG, Falceto OG. Levantamento de dados epidemiológicos de adolescentes infratores em centro de internação provisória de Porto Alegre-RS. In: XIX Congresso Brasileiro da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil, 2007.
27. Rikhye K, Tyrka AR, Kelly MM, Gagne GG JR, Mello AF, Mello MF, Price LH, Carpenter LL. Interplay between childhood maltreatment, parental bonding, and gender effects: impact on quality of life. *Child Abuse Negl.* 2008. Vol. 32, p. 19-34.
28. Piffner LJ, McBurnett K, Rathouz PJ. Father absence and familial antisocial characteristics. *J Abnorm Child Psychol.* 2001 Oct;29(5):357-67.
29. Jaffee SR, Moffitt TE, Caspi A, Taylor A. Life with (or without) father: the benefits of living with two biological parents depend on the father's antisocial behavior. *Child Dev.* 2003 Jan-Feb;74(1):109-26.
30. Boyce WT, Essex MJ, Alkon A, Goldsmith HH, Kraemer HC, Kupfer DJ. Early father involvement moderates biobehavioral susceptibility to mental health problems in middle childhood. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry.* 2006. Vol.15, p. 10-20.
31. Flouri E. Fathering and adolescents' psychological adjustment: the role of fathers' involvement, residence and biology status. *Child Care Health Dev.* 2008. Vol. 34, p. 52-61.
32. Stansfeld S, HEAD J, Bartley M, Fonagy P. Social position, early deprivation and the development of attachment. *Society Psychiatry and Epidemiology.* 2008. Vol. 43, p. 516-26.
33. Trautmann-Villalba P, Gschwendt M, Schmidt MH, Laucht M. Father-infant interaction patterns as precursors of children's later externalizing behavior problems: a longitudinal study over 11 years. *Eur Arch Psychiatry Clin Neurosci.* 2006. Vol. 256, p. 344-9.
34. Flouri E, Buchanan A. The role of father involvement in children's later mental health. *Journal Adolescence.* 2003. Vol. 26, p. 63-78.
35. Chemello MR. Paternidade e hospitalização infantil: como o pai vive a experiência de hospitalização de um filho? Monografia do Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Terminalidade Infância e Família. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: < www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12311/stats?type=0-16k > Acessado out 2008.
36. Klein M. Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In: _____. *Inveja e gratidão e outros trabalhos.* Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 281-297.

37. Birman J. Mal-estar na atualidade: psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
38. Monteiro DA. A função paterna e a cultura. Cogito. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792001000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 15 jan. 2013.
39. Giddens A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
40. Romanelli G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M.C.B. (Org). A família contemporânea em debate. São Paulo, Cortez; 2003. p. 122.
41. Emidio TS, Hashimoto F. (2012). Reflexões sobre a função paterna e suas configurações no mundo contemporâneo. In: Anais V Congresso Internacional de Psicologia. Universidade Estadual de Maringá-PR.
42. Figueiredo L C. Elementos para a clínica contemporânea. São Paulo: Ed. Escuta, 2003.
43. Bauman Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Correspondência

Programa de Residência Médica em Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria-SC
R. Engelberto Koerich 333 - Colônia Santana
São José-SC - 88123-300. Telefone: (48) 39542011

Centro de Estudos Psicodinâmicos/CEPSC
Av. Rio Branco 380, sala 307 – Centro
luciana.martins.saraiva@gmail.com
Florianópolis-SC - 88015200. Telefone: (48) 32236422